

# AMAZÔNIA BRASILEIRA: EDUCAÇÃO E CONTEXTO

## BRAZILIAN AMAZON: CONTEXT, EDUCATION AND HISTORICAL ASPECTS OF SCHOOL INSTITUTIONS

## AMAZONIA BRASILEÑA: CONTEXTO, EDUCACIÓN Y ASPECTOS HISTÓRICOS DE LAS INSTITUCIONES ESCOLARES

Eli Conceição de Vasconcelos Tapajós Sousa<sup>1</sup>

Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

Anselmo Alencar Colares<sup>2</sup>

Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

### Resumo

O texto proposto tem por objetivo apresentar um panorama da região amazônica e suas várias realidades, o contexto socioeconômico e educacional e como isso reflete no desenvolvimento da região, bem como debates acerca das políticas da Educação na e da Amazônia, a organização dos processos educativos e seus desafios. Destacam-se aspectos históricos sobre o surgimento das instituições escolares em Santarém/PA, um dos municípios que compõem a Amazônia brasileira e como esse fato influenciou no contexto histórico e no desenvolvimento da região. Tem o materialismo histórico-dialético como método de interpretação da realidade, visto que aponta caminhos para a compreensão dos fatos que ocorrem na prática social. Conclui-se que o progresso social só acontecerá, de fato, quando os interesses do capital, que dominam as políticas existentes na região, estiverem voltados para atender as populações que habitam e dependem dele para a sua sobrevivência.

**Palavras-chave:** Educação; Realidade Amazônica; Desenvolvimento.

### Abstract

The proposed text aims to present an overview of the Amazon region and its various realities, the socioeconomic and educational context and how this reflects on the region's development, as well as some debates on policies on the theme of Education in and in the Amazon, the organization of

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia (PGEDA/Ufopa). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR (Ufopa). E-mail: [elitapajos@hotmail.com](mailto:elitapajos@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8032-1709>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7256646406736257>.

<sup>2</sup> Professor Titular da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Docente do Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia (PGEDA/Ufopa) e do PPGE/UFOPA. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR (Ufopa). Bolsista Produtividade CNPq. E-mail: [anselmocolares@gmail.com](mailto:anselmocolares@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1767-5640>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1107767923215438>.



educational processes and their challenges. It highlights some historical aspects about the emergence of school institutions in Santarém/PA, one of the municipalities that make up the Brazilian Amazon and how this influenced the historical context and development of the region. It has dialectical historical materialism as a method of interpreting reality, as it points out ways to understand the facts that occur in social practice. It is concluded that there is no miraculous solution to the existing problems in the Amazon. Social progress will only happen, in fact, when the interests of capital, which dominates existing policies in the region, are geared towards serving the populations that inhabit and depend on it for their survival.

**Keywords:** Education; Amazon Reality; Development.

## Resumen

El texto propuesto tiene como objetivo presentar un panorama de la región amazónica y sus diversas realidades, el contexto socioeconómico y educativo y cómo éste se refleja en el desarrollo de la región, así como algunos debates sobre políticas en el tema de Educación en y en la Amazonía, el organización de los procesos educativos y sus desafíos. Destaca algunos aspectos históricos sobre el surgimiento de instituciones escolares en Santarém / PA, uno de los municipios que conforman la Amazonía brasileña y cómo esto influyó en el contexto histórico y el desarrollo de la región. Tiene el materialismo histórico dialéctico como método de interpretación de la realidad, ya que señala formas de entender los hechos que ocurren en la práctica social. Se concluye que no existe una solución milagrosa a los problemas existentes en la Amazonía. El progreso social solo ocurrirá, de hecho, cuando los intereses del capital, que domina las políticas existentes en la región, estén orientados a servir a las poblaciones que lo habitan y dependen de él para su supervivencia.

**Palabras clave:** Educación; Realidad Amazónica; Desarrollo.

## INTRODUÇÃO

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SANTOS, 2018), a Amazônia brasileira possui uma população de cerca de 27,5 milhões de pessoas e, apesar de toda a sua riqueza, apresenta uma baixa qualidade de vida, confirmada pelos indicadores sociais e econômicos, marcada por conflitos sociais, interesses políticos, uso predatório dos recursos naturais, presença quase que inexistente do Estado e dos serviços públicos básicos e necessários à população, precariedade na infraestrutura nas diversas áreas da região, pela falta de oportunidades e dificuldades de acesso à educação, uma vez que a qualidade de educação não está sincronizada com o crescimento econômico da região. “Não faz sentido falar em desenvolvimento econômico, social ou político se este não proporcionar melhores condições de vida para a população” (SANTOS, 2014, p. 4).

A desigualdade e a exclusão se agravaram ainda mais com a pandemia de Covid-19, cujo direito de aprender, o acesso das crianças, adolescentes e jovens foi negado por conta da falta de acesso à internet, pelo agravamento da situação de pobreza, aumento da



miséria, dentre outros fatores, tornou-se uma realidade muito complexa para o povo mais vulnerável da região (UNICEF, 2021).

A região continua servindo como território de exploração, destinada à comercialização e industrialização dos grandes centros desenvolvidos, cuja situação é reflexo do modelo de desenvolvimento criado para a Amazônia a partir dos interesses do capital, tendo como eixo principal a iniciativa privada, mas que desconsidera as reais necessidades da região e dos povos que nela habitam. A Amazônia faz parte deste contexto de grandes e intensos conflitos que tem como consequência um fosso de desigualdades regionais e sociais que só se acentuam no decorrer da história.

E, nesse processo de construção da história da região, são criadas as instituições escolares que se reproduzem permanentemente para atender às necessidades humanas. Partindo desse pressuposto, temos a história das instituições escolares na Amazônia que está intrinsecamente ligada às missões da igreja na região, cujo principal objetivo era a catequização da população e que, mais tarde, tornou-se necessária como um aspecto na formação educacional, pois buscava-se o desenvolvimento da região por meio de uma formação mais intelectual.

Este artigo consiste em uma pesquisa bibliográfica de aporte teórico com base em autores que pesquisam educação na/da Amazônia. Utilizou-se a pesquisa documental como procedimento de coleta de dados na busca por fontes documentais oficiais, como os relatórios de domínio público, disponíveis em sites, como o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil; Relatórios do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que utiliza a base de dados do Censo do IBGE para análises; artigos científicos com dados nacionais e regionais e as obras publicadas por pesquisadores da própria região. A abordagem eleita foi a qualitativa. Para a análise dos dados obtidos, pautamo-nos no materialismo histórico-dialético como método de interpretação da realidade. Por conseguinte, para discutir a proposta deste trabalho, temos: Colares (2005; 2006; 2011), Mello (2015); Saviani (2005); Santos (2014); Santos (2018); Sanfelice (2016) e Unicef (2018; 2021).

## **AMAZÔNIA: CONCEITO E CONTEXTOS**

A Amazônia é um conjunto de ecossistemas que constitui a maior diversidade do planeta, riquíssima de recursos naturais e compõe o Bioma Amazônico<sup>3</sup>. Abrange os

---

<sup>3</sup> O Bioma Amazônico chega a ocupar uma área de 4.196.943 Km<sup>2</sup>, que corresponde a mais de 40% do território nacional e é constituída principalmente por uma floresta tropical (IBF, 2020).



seguintes países: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. No Brasil, compreende os seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins. Ocupa uma área de aproximadamente 60% de todo território brasileiro, é habitada por uma população de 25 milhões de brasileiros, dentre eles, destaca-se a presença de povos e comunidades tradicionais, que tem como principal fonte de renda a agricultura de subsistência, o que nos remete à compreensão de uma vasta região com diversos contextos amazônicos e que “constitui-se, ao mesmo tempo, como centro das atenções do mundo e simultaneamente como periferia dos interesses do Brasil” (MELLO, 2015, p. 91).

A formação cultural da Amazônia se deu a partir do processo de colonização realizada pelos europeus entre os séculos XVII e XVIII. Processo este que foi tecendo a história do desenvolvimento econômico da região, tendo como base três momentos, chamados de ciclos econômicos, que se configuraram como elementos históricos relevantes para a compreensão das diversas realidades amazônicas.

Primeiramente, temos o ciclo das chamadas “Drogas do Sertão<sup>4</sup>”, que foi a exploração e exportação de produtos nativos que não existiam na Europa e que ajudavam a ampliar a margem de lucro para a Coroa Portuguesa (GOMES, 2018); depois, temos o “Período da Borracha”, cujo comércio gerou um grande impacto para a economia, o que gerou intensa corrida para a produção da borracha na região devido ao valor pago que foi considerado extraordinário, nunca visto antes (MELLO, 2015). O ciclo da borracha atraiu várias pessoas para a região amazônica, pois existia um déficit de mão de obra, coincidindo com a severa seca no nordeste brasileiro, produzindo uma grande migração do povo nordestino que veio do sertão em direção à Amazônia para se tornar agricultores (GOMES, 2018). A busca pelo produto era incessante, uma vez que países da Europa e dos EUA viviam o auge da Revolução Industrial, com a indústria automobilística na virada do século XIX para o século XX (MELLO, 2015).

E o terceiro ciclo que compõe a economia amazônica (muito presente) envolve a instalação de grandes projetos, como a criação de companhias de mineração, empreendimentos madeireiros, agropecuários, construção de hidrelétricas, dentre outros (MELLO, 2015) e que tem gerado profundos impactos sociais, na biodiversidade e nas comunidades tradicionais (em especial), causando enormes prejuízos ao povo da região. Os projetos para a Amazônia significam um progresso sem desenvolvimento, pois

---

<sup>4</sup> Maiores informações, ler Gomes (2018).



No rastro do saque, perduram: exclusão social, pobreza, destruição ambiental, urbanização caótica, atraso tecnológico, economia de enclave, insuficiente infraestrutura logística, fragmentação entre os setores produtivos, nível educacional sofrível, baixa capacidade científica instalada, estruturas estatais ineficientes, desigualdade social (MELLO, 2015, p. 92).

É uma região que contrasta sua grande riqueza com situações drásticas que perpassam os interesses econômicos internacionais conflituosos e pelas políticas públicas, quase inexistentes na região, cuja principal consequência é uma situação permanente de exploração, miséria e baixa qualidade de vida do povo amazônida. Por ser uma região com pouco investimento de recursos públicos, torna-se também a mais atrasada socioeconomicamente, o que a afasta do restante do país, pois: “Apesar da [...] exuberância e diversidade –, a Amazônia brasileira ainda não figura como objeto prioritário de um plano nacional de desenvolvimento, suficientemente amplo e inclusivo, moldado por uma visão estratégica de futuro” (MELLO, 2015, p. 94).

Assim como no período dos colonizadores, ainda é muito presente o desinteresse por parte do governo, se observar a pouca importância que dão às necessidades existentes na região. “Não faz sentido falar em desenvolvimento econômico, social ou político se este não proporcionar melhores condições de vida para a população” (SANTOS, 2014, p. 9). Os planos de desenvolvimento devem considerar a diversidade dos povos que habitam o vasto território da Amazônia, como é o caso dos indígenas, caboclos, quilombolas, ribeirinhos, dentre outros, que, na maioria das vezes, são desconsiderados em seus direitos e na efetivação de políticas públicas que atendam às suas necessidades, “[...] refletir sobre a Amazônia implica reconhecer a complexidade que se expressa na sua vasta territorialidade” (COLARES, 2011, p. 189).

Com mais de meio século de história, a região continua servindo como território de exploração, destinada à comercialização e industrialização dos grandes centros desenvolvidos em detrimento da baixa valorização da economia local. Tal situação é reflexo do modelo de desenvolvimento criado para a Amazônia a partir dos interesses do capital, tendo como eixo principal a iniciativa privada, que propõe um desenvolvimento comprometido com o meio ambiente, mas que desconsidera as reais necessidades da região e dos povos que nela habitam.

## **A AMAZÔNIA, EDUCAÇÃO E ALGUMAS REFLEXÕES**

A Amazônia é conhecida por sua diversidade e por sua vasta territorialidade, por isso é complexa e requer uma compreensão que considere as diversidades étnicas e culturais,



que valorize os saberes tradicionais e não tradicionais, elementos necessários que se constituem em aprendizado no processo educacional. Nesse sentido, Colares (2011) nos traz a reflexão de que a Amazônia é formada por “várias Amazôniaas”, ou seja, a população distribuída pelo vasto território é como “pedaços” que formam a região, cada uma com suas particularidades. Dessa forma, a pluralidade humana na Amazônia deve ser considerada e respeitada na elaboração e efetivação de políticas públicas para o desenvolvimento da população.

A concepção imposta de fora para dentro sempre retratou uma Amazônia homogênea, pensamento construído desde o período da colonização portuguesa, em que a Amazônia brasileira era vista apenas como um lugar a ser povoado e explorado economicamente, contrastando com a realidade da enorme diversidade e, conseqüentemente, dentro desse contexto de tantas realidades, a educação se constitui como um grande desafio, bem como a condição social do povo amazônico. O processo de emancipação e o conseqüente acesso ao ensino de qualidade perpassa pelo enfrentamento de toda forma de opressão imposta pelos interesses do mercado (COLARES, 2011).

Assim, tem-se uma educação na Amazônia com os mais diferenciados aspectos, seja de ordem cultural, social ou econômico e também, por outro lado, com as piores taxas de investimento no setor educacional, com baixos índices de progresso social, analfabetismo, pobreza, aliados à falta de oportunidades para a população, o que impacta diretamente no acesso e na qualidade de ensino.

As transformações econômicas modificam as relações sociais que se constituem a partir da produção dos bens necessários à vida que se estabelecem a partir da condição material existente na sociedade, a qual se dá em um constante conflito de interesses de classe. A região amazônica (referida aqui em todos os aspectos) faz parte desse cenário de grandes e intensos conflitos, que tem como consequência um fosso de desigualdades regionais e sociais e que só se acentuam no decorrer da história.

Nesse sentido, a Amazônia [...] viu agravarem-se seus problemas e criarem-se outros, como: i) luta pela posse da terra (até 2011 não se fez uma séria reforma agrária, como nos países desenvolvidos capitalistas); ii) favelização crescente nas cidades até do interior; iii) degradação e desrespeito ao meio ambiente; iv) falta e/ou precariedade de hospitais, moradias, saneamento básico, energia elétrica; v) ausência de um sistema de transporte fluvial regular, seguro e eficiente; [...] viii) presença ainda significativa de trabalho escravo no campo e condições similares ao trabalho escravo na cidade; ix) baixos índices de desenvolvimento humano, dentre outros (SANTOS, 2014, p. 10).





Mesmo com as estratégias nacionais, que têm como objetivo principal o desenvolvimento regional, o que se percebe é um modelo de desenvolvimento desequilibrado, voltado para atender as demandas dos setores do mercado internacional cujo interesse do capital dita as regras. Para Mello (2015, p. 99), os governos, através de seus programas de desenvolvimento, “precisam ter inteligência histórica e assumir, em definitivo, a importância estratégica da região para o seu próprio futuro e para o mundo, transformando em efetiva riqueza econômica [...]”, como forma de superação do modelo tradicional que se arrasta por séculos na região, que não promove crescimento econômico, amplia e aprofunda as desigualdades sociais.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil apresentou o maior índice de pobreza, somando 61,1 milhões de pessoas, e 19,3 milhões na extrema pobreza<sup>5</sup>, sem falar da triste realidade do desemprego que alcança a porcentagem de 14,8 milhões de brasileiros (IBGE, 2021), perfazendo um retorno ao mapa da fome, o qual se acentua muito mais na região Amazônica e contrasta com a riqueza e as inúmeras possibilidades sustentáveis de desenvolvimento que o país apresenta, em especial, a sua biodiversidade, que de acordo com Coutinho (2020, p. 2) “a crise ambiental ameaça o patamar civilizatório alcançado pela humanidade”, haja vista que o modelo existente atende às exigências do neoliberalismo, que se constitui em uma grande ameaça para os nossos tempos.

De acordo com estudos do IPS<sup>6</sup> (Índice de Progresso Social), 772 municípios da Amazônia brasileira, que abrange 27,5 milhões de habitantes, apresentaram um diagnóstico que revelou um IPS menor do que o da média do Brasil, que está na 46ª posição em um ranking de 132 países. Publicado em 2018, mostrou que a região tem um IPS geral de 56,52, que é inferior à média nacional. Os dados da pesquisa revelam, ainda, que houve uma piora em alguns aspectos, como: aumento do desmatamento e dos problemas sociais e ambientais, precariedade no saneamento básico, acesso à água tratada, inclusão de direitos individuais, deficiência no ensino superior, violência crescente e baixa qualidade na educação. Dentre os estados da Amazônia, Mato Grosso (59,13), Rondônia (58,51) e

---

<sup>5</sup> Conforme critério adotado pelo Banco Mundial, são consideradas **pobres** as pessoas que vivem com uma renda mensal per capita (por pessoa) inferior a R\$ 469 por mês ou US\$ 5,50 por dia; e na **extrema pobreza** aqueles que vivem com menos de R\$ de 162 mensais, ou US\$ 1,90 por dia.

<sup>6</sup> O **Índice de Progresso Social (IPS)** mede de forma holística a performance social e ambiental de territórios (países, estados, municípios, distritos etc.). Esse índice foi elaborado por acadêmicos de grandes centros de pesquisa como o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Universidade de Harvard (Estados Unidos) e a Universidade de Oxford (Reino Unido) e está sendo adotado em diversos países e territórios subnacionais do mundo. [...] o IPS é um método robusto com capacidade de integrar uma ampla gama de indicadores sociais e apresentá-los de maneira didática, espacialmente distribuídos e comparáveis. Isso permite orientar os esforços do governo, setor privado e sociedade em geral para a melhoria do progresso social (SANTOS et al., 2018, p. 8).



Tocantins (57,44) apresentaram os melhores resultados no IPS da Amazônia, no entanto, nenhum dos nove estados superou a média nacional (67,18) e, dos municípios, apenas Cuiabá (67,22), no Mato Grosso, superou ligeiramente a média nacional (SANTOS et al., 2018).

Ainda sobre a referida pesquisa, a dimensão sobre as oportunidades na Amazônia tem o pior resultado, de acordo com Santos (2018, p. 28):

Esta dimensão possui quatro componentes: direitos individuais, liberdade individual e de escolha, tolerância e inclusão e acesso à educação superior [...] esta é a dimensão com o pior resultado na Amazônia, com um índice médio de apenas 47,75, enquanto o restante do Brasil apresentou índice de 59,20. O componente acesso à educação superior é o pior entre todos os componentes do IPS, com resultado de apenas 19,10 (a média nacional é 33,76).

Esse registro nos confirma que a falta de formação e qualificação adequada não promove a transformação do meio social para o bem comum, pelo contrário, revela que sem educação as mazelas na sociedade só aumentam. Aqui temos o aspecto educacional como um dos fatores determinantes para a qualidade de vida da população que habita na região amazônica e que não podemos desassociar a educação desse contexto internacional e nacional, visto que tudo se dá a partir de um movimento que acontece dentro de um processo histórico-social universal para um particular, sem esquecer que o processo político e econômico está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da educação, posto que os sistemas educacionais são influenciados pelos objetivos econômicos do governo a partir dos interesses do capitalismo que rege as relações sociais. “Trata-se de um abismo cognitivo colossal; talvez a maior de todas as assimetrias e injustiças nacionais, alicerçada nas fundações do Império e retocada nos acabamentos da Republica [...]” (MELLO, 2015, p. 99-100).

Destaca-se aqui a importância e a defesa da educação para o desenvolvimento econômico como condição de combate às desigualdades sociais a partir de um plano nacional de desenvolvimento efetivo, principalmente, em melhores condições de vida, oportunidades igualitárias, em especial, o respeito à natureza, aos povos e às diversas culturas, contrariando um desenvolvimento excludente, baseado nos interesses capitalistas. “A condição amazônica representa a maior prova da inexistência de um Projeto (inclusivo) de Nação – se é que existe hoje, no Brasil, um ‘Projeto de Nação’ – e da não efetividade de um Pacto Federativo responsável, justo e solidário” (MELLO, 2015, p. 100).

Dentre os inúmeros desafios enfrentados na região, vale ressaltar também o de acesso, não somente à tecnologia, mas aos locais onde funcionam as unidades escolares.





No contexto da educação na e da Amazônia, esse é um dos grandes entraves. Não é por acaso que a região ainda figura no cenário nacional com elevadas taxas de analfabetismo ou baixa escolaridade da população. A rotina de muitas crianças, em especial as ribeirinhas, indígenas ou quilombolas, depende dos fenômenos naturais, como a cheia ou a seca dos rios, de acordo com cada época do ano. Seja acordar muito cedo e caminhar por longas distâncias, ou sair muito antes do almoço, andando por horas em cima de caminhões por estradas de difícil acesso; seja caminhar até o rio e adentrar em botes, canoas ou lanchas de pequeno porte, enfrentando correntezas ou chuvas fortes, são características bem peculiares das crianças que moram na região amazônica e que dependem de transporte para chegar até a escola.

Não é só o acesso das crianças que se configura como um problema educacional na Amazônia. O acesso dos professores às localidades também é um grande desafio, bem como a formação desses profissionais para atuar na região, sem contar que temos os piores índices dos indicadores da distorção idade-série, com inúmeros adolescentes e jovens que são excluídos do acesso ao sistema produtivo da região pela falta de formação ou estudos incompletos, sem falar na realidade de muitos que têm que auxiliar a família na produção agrícola, abandonando totalmente a escola (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS: CANAL FUTURA, 2014).

**Quadro 1** - Distorção Idade-Série na Região Norte

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE – SÉRIE POR ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA									
Ensino Fundamental							Ensino Médio		
Anos Iniciais			Anos Finais						
	Total	Privada	Pública	Total	Privada	Pública	Total	Privada	Pública
<b>Brasil</b>	12%	4%	14%	26%	7%	29%	28%	7%	31%
<b>Norte</b>	19%	4%	21%	36%	8%	38%	41%	10%	44%
Rondônia	12%	2%	12%	32%	7%	33%	31%	9%	33%
Acre	22%	2%	23%	30%	4%	31%	29%	5%	30%
Amazonas	18%	5%	19%	33%	8%	35%	42%	9%	44%
Roraima	14%	2%	15%	28%	6%	29%	28%	7%	29%
Pará	23%	4%	25%	41%	8%	44%	47%	11%	51%
Amapá	22%	2%	24%	35%	6%	38%	35%	6%	37%
Tocantins	10%	3%	11%	28%	6%	30%	30%	9%	32%

**Fonte:** Elaborado a partir dos dados do Relatório da Unicef (2018) e adaptado pela autora.



Observa-se que, de acordo com os dados registrados no Quadro 1, o estado do Pará, dentre os que compõem a Amazônia, é o que apresenta o pior índice quanto ao atraso escolar, chegando a um percentual de 50% dos alunos de escolas públicas no estado que não estão na série adequada às suas idades. Na prática, isso significa que o Pará tem o maior número de alunos atrasados, em defasagem idade-série. Essa realidade dos alunos se justifica por fatores sociais, educacionais e pela inexistência de políticas públicas estaduais, dentre alguns, destaca-se que: parte de nossas crianças são alfabetizadas fora de sua faixa etária adequada; o abandono da escola (evasão) por questões familiares, em que muitos necessitam adentrar muito cedo em trabalhos informais para contribuir com a renda familiar; a falta de políticas públicas educacionais que recupere esse aluno que abandonou a escola e não volta em tempo hábil; a própria organização da escola, sem infraestrutura adequada; o projeto escolar que não é atraente aos adolescentes e jovens e acaba não criando um sentimento de pertença; o próprio acesso às escolas (na zona rural) que é um grande desafio; a falta de valorização dos aliada à falta de capacitação permanente, compondo um cenário alarmante, dentre tantos outros aspectos. “A distorção idade-série é um fenômeno cumulativo que tem início nos primeiros anos do ensino fundamental e se arrasta por toda a trajetória escolar de meninas e meninos, que vão sendo deixados para trás [...]” (UNICEF, 2018, p. 4).

De acordo com o estudo publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), cerca de 7 milhões de estudantes têm dois ou mais anos de atraso escolar, sendo que, destes, 5 milhões são estudantes do ensino fundamental e pouco mais de 2 milhões do ensino médio; adolescentes e jovens que foram reprovados e evadiram-se da escola. “A distorção idade-série imobiliza milhões de meninos e meninas brasileiros, deixando-os atados ao ciclo do fracasso escolar” (UNICEF, 2018, p. 5).

Na região amazônica essa realidade ainda se configura como complexa, uma vez que os aspectos citados somados a um sistema educacional brasileiro ineficiente, com políticas públicas que desconsideram as particularidades e necessidades regionais inviabilizam a universalização e o acesso à educação de qualidade.



**Tabela 01 – Índices e indicadores - Brasil e Estados da Região Norte**

Territorialidades	% de matr. da rede pública no ensino fund. 2017	% de matr. da rede pública no ensino médio 2017	Taxa de Distorção Idade/Série no fund. na rede pública 2017	IDEB anos iniciais EF 2017	IDEB anos finais EF2017	% de docentes na rede pública do fund. com formação adequada 2017	Taxa de analfab. - 15 anos ou mais de idade 2017	Taxa de analfab. - 18 anos ou mais de idade 2017	Taxa de analfab. - 25 anos ou mais de idade 2017	IDHM Renda 2017
Brasil	83,16	87,76	20,7	5,5	4,4	56,8	7,1	7,52	8,68	0,75
Acre	95,65	95,88	26,5	5,7	4,6	42,6	12,6	13,81	16,77	0,66
Amapá	90,87	92,23	29,3	4,4	3,5	47,4	5,63	6,09	7,78	0,7
Amazonas	92,86	96,15	26	5,3	4,4	51,5	6,66	7,19	8,57	0,68
Pará	91,28	90,79	32,8	4,5	3,6	44,7	9,03	9,74	11,59	0,65
Rondônia	92,3	93,35	21,4	5,7	4,8	63,8	7,22	7,77	9,24	0,7
Roraima	91,85	93,84	21,4	5,4	4	42,1	6,3	6,86	8,52	0,71
Tocantins	91,06	93,84	19,4	5,4	4,5	48,6	10,31	11,1	13,06	0,7

**Fonte:** Dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNDU Brasil, Ipea e FJP, 2020.

O IDH<sup>7</sup> da Região Norte, que é considerado abaixo da média nacional, com uma população que apresenta taxas de analfabetismo, desemprego, acesso aos serviços na área de saúde precários e desigualdade na distribuição de renda e que, apesar de ser uma região muito grande em sua extensão e por não apresentar um plano de desenvolvimento adequado, não apresenta um expressivo crescimento compatível com as riquezas existentes na região e sua vasta biodiversidade. Isso se reflete no IDHM-Renda<sup>8</sup>, como se observa na Tabela 1, cujos dados revelam que, mesmo que os dados do Ideb demonstrem uma proximidade mínima entre índices da região com o Brasil, as taxas de distorção idade-série dos estados são maiores do que o índice nacional e reforça, também, a grande necessidade de formação docente adequada, aspectos que constituem as inúmeras especificidades e os desafios regionais a serem superados, já vistos anteriormente.

As condições sociais e ambientais da região amazônica desvelam cenários críticos em plena pandemia, uma vez que a crise de Covid-19 reforçou e ampliou as fragilidades e necessidades existentes na condição de vida das populações da Amazônia.

De acordo com o estudo publicado em janeiro de 2021 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), estima-se que, no Brasil, cerca de 4,1 milhões de crianças

<sup>7</sup> IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) – o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) foi responsável por criar o conceito de IDH. A criação partiu do propósito de oferecer um contraponto ao PIB (Produto Interno Bruto), apresentando uma medida mais abrangente dos aspectos do desenvolvimento social. O cálculo do IDH leva em conta os indicadores do PIB per capita de cada país, além dos níveis de educação e longevidade. A educação, por exemplo, é avaliada por meio da taxa de analfabetismo e de matrícula nos diferentes níveis de ensino. No caso da longevidade, o IDH baseia-se nos números de expectativa de vida ao nascer da população.

<sup>8</sup> IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) – medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda.



e adolescentes entre 6 a 17 anos tiveram dificuldades de acesso ao ensino remoto no ano de 2020 e, aproximadamente, 1,3 milhão abandonou a escola (UNICEF, 2021). O estudo aponta ainda que os dados da região Norte são alarmantes, pois é uma região com graves problemas já existentes e que se acentuaram no período da pandemia, chegando a ser quase quatro vezes maior do que a média nacional.

A falta de recursos, seja de ordem financeira, humana, tecnológica ou pedagógica, ampliou, pois, para promover a atividade do ensino remoto, os alunos necessitam estar vinculados a um ambiente virtual por meio de internet, o que, para a região, já era um desafio antes da pandemia e só acentuou o abismo social existente.

Apesar do estado ter, pelo princípio de justiça, que garantir as mesmas oportunidades a todos os cidadãos, em especial, aos que se apresentam em um contexto de maior vulnerabilidade, em termos econômicos e sociais, não é o que vemos, “[...] o Estado deve ajudar mais os que necessitam, ou seja, o Estado deve dar mais oportunidades para os menos privilegiados, para que estes possam ter acessos aos bens primários” (HORA, 2020, p. 4).

O princípio da justiça deve levar em consideração a produção e o consumo, bem como o processo de distribuição dos bens sociais, não esquecendo as complexidades da realidade humana e suas particularidades, visto que a justiça deve ter por objetivo a eliminação da dominação e opressão, categorias tão presentes nas relações de produção contemporâneas (HORA, 2020).

E, ao falar de justiça, o acesso à educação pela internet, a desigualdade e a exclusão se agravaram ainda mais com a Covid-19. A falta de acesso à internet e da preparação adequada dos professores para utilizar as diversas plataformas durante as aulas se tornaram os maiores desafios, sem contar que os alunos da rede privada deram continuidade em seu ano letivo, apesar das adversidades. A mesma situação não se tornou realidade na rede pública, o que fez a educação no país regredir no processo de escolarização dos alunos, com prejuízos imensuráveis. O ensino remoto “[...] rapidamente se tornou um procedimento educativo, como caminho didático alternativo de ensinar e aprender, ou seja, como um novo arranjo ‘espacial’ da sala de aula” (GATTI; SHAW; PEREIRA, 2021, p. 2). O ambiente educativo tradicional, com quadros e carteiras, foi substituído pelas telas e pelos aplicativos digitais, com novas atribuições e papéis dos docentes advindas por causa do ensino remoto, cuja adaptação à tecnologia teve que ocorrer em curto prazo.



Os profissionais da educação foram bastante afetados com a nova rotina imposta pela pandemia e, muitos deles, não tinham acesso aos recursos necessários, assim como os alunos, para que a aula se efetivasse, corroborando para a ampliação de um cenário de complexidades e dificuldades na Amazônia. “As crises na Amazônia como as questões sobre sua internacionalização [...] apenas poderão ser compreendidos se o cidadão amazônico for empoderado de instrumentos para se educar para as mídias” (CAVALCANTE; MAFRA, 2020, p. 23). Existe uma grande lacuna no processo de formação de nossos professores que deve ser levada em consideração, bem como na aquisição do conhecimento de nossos alunos e sua aprendizagem, aspectos que devem ser observados e considerados no plano de retomada das ações pedagógicas. Não há educação para todos se não houver, de fato, uma sociedade que possibilite verdadeiramente a democracia, a universalização de acesso, o que reforça que estamos muito distantes de vivenciar uma sociedade digital, de oportunidades para todos.

## AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NA AMAZÔNIA

As instituições se reproduzem permanentemente para atender as necessidades humanas. São responsáveis em introduzir o indivíduo na organização da sociedade a partir das normas sociais, cujo objetivo é preparar homens e mulheres para a vida, de acordo com as condições sociais que surgem com cada época, ou seja, elas não estão dissociadas da realidade.

Para satisfazer necessidades humanas as instituições são criadas como unidades de ação. Constituem-se, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e como os meios e instrumentos por ele operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre homens e mulheres, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem (SAVIANI, 2005, p. 28).

Então, por que estudar a história das instituições escolares? “A singularidade das instituições educativas mostra e esconde como ocorreu e/ou ocorre o fenômeno educativo escolar de uma sociedade” (SANFELICE, 2016, p. 28). É por meio dos registros que se compreende e interpreta a educação de uma determinada época, de uma certa sociedade e como essas instituições eram utilizadas para atender aos interesses dos grupos na qual estão inseridos, uma vez que nenhuma instituição escolar tem a sua singularidade explicitada.



O movimento inverso também ocorre, pois, a instituição é objeto de interesses contraditórios de ordem econômica, política, ideológica, religiosa e cultural, dentre outros. Então é óbvio: a história de uma instituição escolar não mostra o sentido que ela realmente tem, se for tomada de forma isolada de todo contexto (SANFELICE, 2016, p. 29).

É importante destacar que o interesse e o avanço pela pesquisa sobre as instituições escolares e seu processo de construção social no decorrer da história tem se ampliado e ganhado caráter científico, posto que é por meio dos fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa sobre a história das instituições escolares que é possível compreender os inúmeros aspectos que não estão isolados do contexto social, econômico e político, base das relações capitalistas de produção existentes em um dado momento e que se transformam, pois as necessidades humanas se reproduzem constantemente. Como afirma o filósofo marxista Adolfo Sánchez Vázquez, “[...] Só os homens podem destruir o que eles mesmos criaram para dar lugar a uma nova criação. Só eles fazem sua própria história embora, como Marx adverte, em condições determinadas” (VÁZQUEZ, 2007, p. 339). O homem é o único ser responsável por suas ações e, a partir de suas relações construídas em seu contexto histórico, por enfrentá-las, levando em conta seus interesses. É ele que vive na história, produz história e transforma a história. Por isso o homem é essencialmente um ser histórico.

Compreender a história das instituições escolares, não como simples relatos de homens e mulheres que viveram em determinadas épocas, de forma apenas descritiva, fragmentada de “pedaços da história”, mas como um recurso para a compreensão das dimensões socioculturais e das contradições existentes que influenciaram diretamente no fenômeno educativo, a sua relação entre o particular e o universal. Nosella e Buffa (2008) defendem uma proposta metodológica “[...] que descreva o particular, explicitando suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural, dialeticamente relacionados” (NOSELLA; BUFFA, 2008, p. 22).

Assim, partindo desses pressupostos, temos a história das instituições escolares na Amazônia, que está intrinsecamente ligada às missões da igreja na região e que, a princípio, tinham como principal objetivo a catequização, ou seja, a “salvação das almas”, visto que a população originária da região eram os povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, pessoas simples, sem uma formação intelectual em sua maioria. Percebeu-se, então, que não bastava apenas uma orientação religiosa, mas também era necessária uma formação educacional que passasse a atender não só a população nativa da região, mas os filhos das famílias abastadas que aqui habitavam. O incentivo, por parte dos padres,





para que essas pessoas fossem alfabetizadas e aprendessem a língua, era uma forma de facilitar o processo de catequização. Não se tinha interesse em organizar uma educação mais elevada, uma vez que o objetivo era apenas aprender as primeiras letras.

Nessa perspectiva, a instrução elementar articula-se não apenas com a necessidade de se generalizar o acesso às primeiras letras, mas também com um conjunto de outros conhecimentos e valores necessários à inserção, mesmo que de forma muito desigual, dos pobres à vida social (FARIA FILHO, 2003, p. 139).

Considerando o processo de transição na virada do século XIX para o século XX, a educação vivia um momento de reorganização a partir dos ideários republicanos que foram espalhados por todo território nacional e, na Amazônia, não foi diferente. Enquanto a igreja avançava em seu projeto de expansão em todas as regiões do país, a Amazônia se tornou um atrativo para as missões, uma região de destaque para várias ações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as complexidades da região em suas várias amazônias é desafiador. “[...] Nos cenários geográficos e culturais [...] é que as cartografias dos saberes são construídas, que por sua vez dão sentido e significado às práticas sociais cotidianas realizadas pelas populações amazônidas” (OLIVEIRA, 2019, p. 114). A multiplicidade de seus povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos e até imigrantes em um amplo território, caracterizado pela mais rica biodiversidade do planeta, coloca-nos em uma posição de grande responsabilidade, dado que nós, povo amazônida, temos um compromisso com este chão que é a nossa casa-mãe. Perceber o processo de construção da história das populações que habitam a região amazônica, desde a chegada das primeiras missões religiosas até a institucionalização dos grupos escolares, é de grande relevância, uma vez que não se pode perder de vista os interesses que influenciam os projetos existentes e a quem esses interesses atendem.

Apesar de alguns avanços (quase inexistentes), os problemas de moradia, saneamento básico, desemprego, interesses comerciais entre a elite econômica, violência por conta da grilagem de terra, problemas ambientais de toda ordem, as demandas sociais ainda são infinitas e o progresso da região ainda está muito longe de chegar. Mesmo sendo a educação básica um direito social, as melhorias significativas na educação brasileira ainda não são visíveis, muito menos na região amazônica. A atuação do Estado na região é uma atuação que não prioriza a Amazônia e sua importância no cenário nacional, e sim



apoia projetos que elevam a acumulação de capital, que não retorna como melhorias para a qualidade de vida da população.

Neste tempo de sobrevivência com a pandemia, cujo aumento do desemprego chega a alcançar um número nunca visto antes, de mais de 14 milhões de pessoas desempregadas e sem expectativa alguma de trabalho, em um país que volta a fazer parte dos números que constituem abaixo da linha da pobreza, com um governo genocida, que pouco ou quase nada faz pelo seu povo, que não tem um programa de governo que atenda a necessidade dos mais vulneráveis e aumenta, cada vez mais, os cortes para investimento na educação, na produção científica, em verbas que garantam o mínimo para a saúde, não se pode esperar algum avanço para as terras amazônicas.

O desenvolvimento amazônico se torna o maior desafio, pois depende de políticas públicas para viabilizar os projetos e ao mesmo tempo de investimento científico e tecnológico, com uma ciência de ponta, alicerçado em um pacto federativo que tenha como princípio a justiça e a solidariedade, baseado em oportunidades iguais a todos os cidadãos, na busca da libertação da herança colonial que nos foi legada, marcada pela grande desigualdade e exclusão social (MELLO, 2015).

## REFERÊNCIAS

COLARES, Anselmo Alencar. **A história da educação em Santarém: das origens ao fim do Regime Militar (1661-1985)**. Santarém – Instituto Cultural Boanerges Sena, 2005.

\_\_\_\_\_. História da Educação na Amazônia. Questões de natureza teórico-metodológica: críticas e proposições. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 187-202, out. 2011. ISSN: 1676-2584 187.

COLARES, Anselmo Alencar; MACIEL, Antônio Carlos. (Orgs.). Formação de doutores em educação no contexto amazônico [recurso eletrônico]: problematização em estudo. In: CAVALCANTE, Márcio Darlen Lopes; MAFRA, José Ricardo e Souza. **Educar para a informação: um Framework para formação de professores em educação midiática na Amazônia**. Santarém, PA: UFOPA, 2020.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. Panorama da Educação em Santarém. **Revista HISTEDBR online**. Campinas – São Paulo, n.23. p. 95-113, set 2006.

COUTINHO, Gabriel Leuzinger. Desafios da humanidade no século XXI. **Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas** [e-ISSN: 2527-0141], 5(1), 01-04, 2020. <https://doi.org/10.29280/rappge.v5i1.8280>. Acesso em: 10 nov. 2021.



FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução Elementar no Século XIX, In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3 ed, Belo Horizonte: 2003, p. 134-150.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS: CANAL FUTURA - "**Desafios da Floresta**" da série especial do Sala de Notícias, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6HxEP8EhYlo>. Acesso em: 30 jul. 2021.

GATTI, Bernadete Angelina; SHAW, Gisele Soares Lemos; PEREIRA, Jocilene Gordiano Lima Tomaz. Perspectivas para formação de professores pós-pandemia: um diálogo. **Revista Práxis Educacional**, v.17, n.45, p. 1-25, abr./jun. 2021.

GOMES, Carlos Valério Aguiar. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 13, n. 1, p. 129-146, jan.-abr. 2018.

HORA, Dinair Leal. Concepções de Educação e Justiça: articulação possível com a gestão democrática da escola. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 11, p. 01-13, e020123, 2020. Acesso em: 10 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS (IBF). **Bioma Amazônico**. 2020. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/bioma-amazonico>. Acesso em: 15 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA (IBGE). 2021. <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 30 jul. 2021.

MELLO, Alex Fiúza de. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia: o caso brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 107, p. 91-108, 2015.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Cartografia de saberes e educação na Amazônia: análise de produções acadêmicas. **Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas** [e-ISSN: 2527-0141], v. 3, n. 2, p. 102-116, 13 jan. 2019.

SANFELICE, José Luís; JACOMELI, Mara Regina Martins; PENTEADO, Ana Elisa de Arruda de. **História das instituições escolares: teoria e prática**. Bragança Paulista, SP: Margem da Palavra, 2016.

SANTOS, Daniel; MOSANER, Marcelo; CELENTANO, Danielle; MOURA, Renan; VERÍSSIMO, Adalberto. **Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira: IPS Amazônia**. Belém, PA: Imazon; Social Progress Imperative, 2018.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. A educação no desenvolvimento da Amazônia. In: **Anais do IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação/ VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação**, 2014, Porto, Portugal. Disponível em: [https://anpae.org.br/IBERO\\_AMERICANO\\_IV/GT5/GT5\\_Comunicacao/TerezinhaFatimaSantos\\_GT5\\_integral.pdf](https://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/GT5_Comunicacao/TerezinhaFatimaSantos_GT5_integral.pdf). Acesso em: 10 jun. 2021.



SAVIANI, Dermeval. Instituições Escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação** – nº 4 – jan./dez. 2005.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil**: um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação – 2021. Dados publicados no site estratégia Busca Ativa Escolar ([buscaativaescolar.org.br](http://buscaativaescolar.org.br)) do Unicef e parceiros. Brasília (DF), 2021.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). **Panorama da Distorção Idade-série no Brasil**. Brasília (DF), 2018.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

**Artigo recebido em:** 14 de maio de 2022.

**Aceito para publicação em:** 16 de maio de 2022.

**Manuscript received on:** May 14, 2022

**Accepted for publication on:** May 16, 2022

Endereço para contato: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação/FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus Universitário, Manaus, CEP: 69067-005, Manaus/AM, Brasil

